

Para Martone, medidas inúteis

É economia - Brasil

As primeiras medidas econômicas do novo governo não levam a lado nenhum. Esta é a conclusão a que chegou o economista Celso Martone, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas de São Paulo, ao analisar ontem as mudanças introduzidas nos cálculos da correção monetária e cambial, as quais, em sua opinião, indicam que "o governo não está interessado na adoção de uma política mais firme de combate à inflação".

Para Martone, as alterações no cálculo das correções oferecem uma única vantagem: o Banco Central poderá vender mais facilmente os títulos do Tesouro de curtíssimo prazo, basicamente LTN de até 90 dias, permitindo a rolagem de parte da dívida pública. Como a correção monetária já será prefixada no primeiro dia útil do mês, o mercado financeiro absorverá com mais segurança esses papéis.

Em compensação, a medida traz duas grandes desvantagens, acrescentou. A primeira é a "introdução de um novo elemento de inércia inflacionária na economia, já que usando-se como base da correção monetária de um mês a média da



inflação do trimestre anterior, carregase um peso morto inflacionário de três meses". E, segundo Martone, tudo o que se sabe sobre esse mecanismo mostra que ele é um ingrediente negativo quando se pretende reduzir a inflação.

O segundo malefício, que ele considera mais grave ainda, "é que o governo amarrou o câmbio à correção monetária prefixada, num momento em que temos problemas cambiais críticos, como a sobrevalorização do cruzeiro". Martone acredita que isso também introduz uma inércia indesejada no câmbio, congelando a supervalorização do cruzeiro, com prejuízos evidentes para a balança comercial.

No entender de Martone, o que a economia precisava, neste momento, era de maior flexibilidade nas taxas de juros nominais e na política de câmbio — por um lado, mediante a desindexação de ativos de curto prazo, com o setor financeiro negociando livremente os juros; por outro, através de uma maior influência do mercado na fixação da taxa cambial e com o Banco Central atuando apenas como monitor. "No entanto, estamos caminhando na direção da inflexibilidade."

O economista da Fipe acredita, ainda, que o primeiro "pacote" do governo — que cortou as despesas públicas e suspendeu os créditos ofi-

ciais — não teve qualquer objetivo de política econômica, a não ser o de permitir uma trégua a uma equipe ministerial nomeada em cima da hora e que, portanto, não teve tempo para definir um programa de ação. "Com isso, criou-se uma paralisia decisória. A economia está parada e ninguém é capaz de se comprometer em decisões de prazo superior a 90 dias", concluiu.

Outro economista da Fipe, Seiti Endo, responsável pelo cálculo do índice de custo de vida em São Paulo, considerou que a alteração do cálculo da correção não reduz as expectativas inflacionárias, mas apenas as incertezas. Acredita que, de qualquer forma, os reflexos dessa mudança só serão sentidos dentro de três meses e que a tendência é de que a correção de um mês seja semelhante à do segundo mês do trimestre que servirá como base de cálculo. "Assim, o repasse da inflação continua", enfatizou, embora concorde em tese com a medida anunciada sexta-feira.

Endo adiantou, ainda, que o custo de vida em São Paulo no mês de março ficará um pouco acima dos 9,7% registrados em fevereiro, em função da incorporação do aumento dos derivados do petróleo, fixado no final do mês passado, da alta do material escolar e dos reajustes de preços administrados pelo governo, como tarifas de ônibus e trigo.